



**GT - 01**

## **1. A GLOBALIZAÇÃO CULTURAL “CONTRA-HEGEMÔNICA” : EXISTE UMA VIA DE EXPRESSÃO COMUNICACIONAL INDÍGENA NO CIBERESPAÇO?**

*Alejandra Aguilar Pinto\**

### **Resumo**

O objetivo deste documento é refletir sobre o impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) principalmente Internet no ser humano como sujeito histórico cultural. O foco principal será o ciberespaço, mas desde um ponto de vista da chamada cibercultura, procurando focar-se nas identidades étnicas ou minorias culturais, que conformam um aspecto mínimo da cibercultura, mas que tem transcendido o assunto técnico informático informacional; acrescentando à comunicação em rede a “diversidade cultural”.

As mídias tradicionais em geral nunca forneceram o espaço comunicativo para as entidades minoritárias, se eram considerados era desde uma visão folclórica ou essencialista, pois ao serem parte de uma identidade nacional, eram sujeitas a uma pauta hegemônica que as qualificava como “sobreviventes” de um passado em vias de evolução.

Esta situação veio em parte a mudar desde que surgiram as redes digitais as quais permitiram uma comunicação em ambos os sentidos, existindo agora certa autonomia para pôr conteúdos e divulgá-los a uma mais ampla audiência.

**Palavras-chave:** identidade/diversidade cultural; povos indígenas, sociedade da informação; internet; TICs

### **Resumen**

El propósito de este documento es reflexionar sobre el impacto de las tecnologías de la información y la comunicación (TICs) en la Internet sobre todo como una cultura humana histórica. El enfoque principal será el ciberespacio, sino de un punto de vista de la cibercultura llamada, tratando de enfocarse en la identidad étnica o de las minorías culturales, que representan al menos un aspecto del ciberespacio, pero que ha trascendido el problema técnico en computación de información, agregando a la comunicación red a la “diversidad cultural”.

Los medios de comunicación tradicionales en general no han facilitado el espacio de comunicación para organizaciones de las minorías, ya sea que se consideraron era de un pueblo o esencialista vista, porque al ser parte de una identidad nacional, fueron sometidos a un programa hegemónico que los calificó como “sobreviventes” de un pasado en el proceso de evolución. Esto ocurrió en parte del cambio que tuvo lugar a las redes digitales que permiten la comunicación en ambas direcciones y en la actualidad hay una cierta autonomía para poner contenidos y difundirlos a un público más amplio.

**Palabras-clave:** identidad /la diversidad cultural; los pueblos indígenas; sociedad de la información; internet; TICs

\* Doutoranda em Ciência da Informação, Departamento de Informação e Documentação, CID, UnB. Bolsista CAPES. Áreas de pesquisa: Informação indígena, Identidade/Diversidade Cultural, Redes de informação, Cibercultura, TICs, Bibliotecas Indígenas, Sociedade da Informação. Email: ale.cinf@gmail.com



## América Latina, Globalização e Cultura

“Temos que ter nosso próprio território digital, é infrutuoso semear em terra alheia ‘não própria’, há que ter um território indígena autônomo” (Mulher purepecha do México, Primeira Oficina de TICs, nov, 2005)

### Introdução

O objetivo deste documento é refletir sobre o impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) principalmente Internet no ser humano como sujeito histórico individual e coletivo, mas visando conhecer o aspecto cultural e político, pois desde o surgimento das Indústrias Culturais (I.C.) a sua auto-identificação passou a ser transformada. A identidade/diversidade cultural viu-se “ampliada” no espaço em rede, mas ao mesmo tempo homogeneizada pela globalização hegemônica.

O foco principal será o *ciberespaço*, mas desde um ponto de vista da chamada *cibercultura*, o que implica a expressão identitária através de diversas manifestações simbólicas-culturais, procurando focar-se nas *identidades étnicas ou minorias culturais*, que conformam um aspecto mínimo da *cibercultura*, mas que tem transcendido o assunto técnico informático informacional; acrescentando à comunicação em rede a “diversidade cultural”.

Por tanto aqui se procura conhecer a relação entre Comunicação, Cultu-

ra e Identidade, e se está existindo algum espaço próprio para as minorias étnicas, as estratégias desenhadas para serem parte da *Sociedade da Informação*, suas lutas, as formas de visibilizar-se e até que ponto têm conseguido o chamado território digital indígena.

### A nova territorialização da comunicação

O amplo desenvolvimento das redes de comunicação virtuais na post-modernidade, significou a desterritorialização do espaço comunicacional das indústrias culturais, a chamada *convergência* causou uma confluência das diversas mídias no espaço global passando a “levar” a tradicionais fronteiras fixas da territorialidade.

### Internet, comunicação e território

A Internet constituiria uma nova territorialização da comunicação, pois possibilita uma:

comunicação reticular, um espaço público, um Fórum Híbrido em que o sujeito vive a possibilidade de ambivalência entre o local e o global, entre o eu e o anonimato, entre o eu e o outro do pseudônimo, entre a pertença e o desenraizamento, entre o produtor e o consumidor de conhecimento à escala global, entre a nacionalidade e o cosmopolitismo (SILVA, 1999, p.1). Este espaço é ao mesmo tempo real e virtual (...) local e dimensão, que modifica as linhas espaciais-temporais (...) esta construção social compartilhada possibilita, em parte causa pelos laços e valores sócio-políticos, estéticos e éticos que tipificam este novo





## América Latina, Globalização e Cultura

espaço antropológico. (SILVA, 1999)

Tanto espaço público e áreas privadas convergem, sendo um suporte aos processos cognitivos, sociais e afetivos, os quais efetuam a transmutação da rede eletrônica em espaço social coletivo povoado por seres que (re)constroem suas identidades e seus laços sociais nesse novo contexto comunicacional. Geram uma rede de novas sociabilidades que suscitam novos valores, dialéticas geradoras de novas práticas culturais. (SILVA1999, p. 1)

Respeito ao conhecimento, a Internet é um novo tipo de organização sócio-técnica que facilita a mobilidade no e do conhecimento, as trocas de saberes, a construção coletiva de sentido, em que a identidade sofre uma expansão do eu baseada na diluição da corporabilidade (SILVA1999, p. 1). Assistimos a uma aceleração do metabolismo social. (idem, p. 2) Geram-se as chamadas *Comunidades Virtuais* (RHEINGOLD, 1996) que se sustentam na partilha intelectual e na convergência da pluralidade e riquezas dos conhecimentos que emanam dos sujeitos.

A *Web* é uma hiper-ementa de idéias que estão ao dispor dos indivíduos. Estes têm a possibilidade de se aglutinarem em torno dessas idéias fazendo uso de outros serviços da rede como seja o email ou grupos de discussão. (SILVA1999, pp. 7-8) Portanto, a rede pos-

sibilita a geração de espaços de saberes, sua expansão, um tipo de tecnologia de inteligência (LEVY, 1994). Agora o conhecimento não só viria da Escola, como antes esteve a televisão/radio novos mídias acrescentam-se. Isto levaria assim a um processo intensivo de mediação dos conhecimentos através das mídias.

### ***O ciberespaço/cibercultura e a geração de um espaço antropológico virtual***

A Internet veio a modificar as coordenadas do conceito de território. Agora seriam os interesses comuns que determinariam a topologia das relações e não a geografia comum. (SILVA1999, p. 5). Simultaneamente o sujeito enraizado num lugar físico e suspenso na pluralidade de lugares que a navegação em rede lhe permite (idem, p. 5) Por outro lado no espaço físico como no espaço virtual existem lugares e não-lugares (AUGÈ, 1994, apud SILVA, 1999 p. 5).

Como se constitui o *Espaço Antropológico* na rede? Existe nela esta dimensão, constituída pela transferência simbólica e relacional, através da virtualização, ou seja, os símbolos e os processos relacionais constituintes do espaço social são transferidos para o espaço de fluxos infocomunicacionais, a que se tem vindo a dar nome de espaço virtual” (SILVA, 1999 p. 5)

Falar da Internet como um espaço





## América Latina, Globalização e Cultura

antropológico implica considerar o “território é, fruto da construção de sistemas de representação” (SILVA, 1999, p. 6)

### ***Ciberespaço/cibercultura: expressão tecnológica da “identidade/diversidade cultural”***

Segundo LEVY (1998) o ciberespaço representa um estágio avançado de auto-organização social, ainda que em desenvolvimento- a *inteligência coletiva*. Assim o ciberespaço seria um *Espaço de Saber*, em que o conhecimento é o fator determinante e a produção contínua de subjetividade, é a principal atividade econômica. O ciberespaço surge assim como o quarto espaço antropológico: o primeiro é a terra; o segundo o território; o terceiro o mercado e o ciberespaço o último.

Quanto ao neologismo “*cibercultura*” refere-se ao conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), práticas, atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (SILVA, 2004, p. 3)

A heterogeneidade deste espaço é notória, pelo número, pelo número amplo de ambientes de sociabilidade que têm diversas formas de interação entre os homens, quanto entre eles, a máquinas, e, máquinas. Assim, o conceito de *cibercultura* abarca o conjunto de diferenças

sócio-culturais que ocorrem no interior deste espaço ou que estão a ele relacionados.

Contudo a compreensão do ciberespaço, não observado como um objeto no sentido estrito do termo, mas sim como um espaço freqüentado por pessoas que constituem localidades e territorialidades.

A ciberantropologia estuda o espaço eletrônico virtual, considerado como um espaço freqüentado por pessoas, a observação antro-po-analítica volta-se para a compreensão das peculiaridades dos grupos que se constituem no interior. Este análise pode ser a dois níveis interno e externo.

O interno considera o ciberespaço como um “nível” de realidade substancialmente específico e diverso dos restantes, dentro do qual se desenvolvem fenômenos peculiares que devem ser abordados com um referencial teórico adequadamente desenvolvido ou adaptado.

O externo considera-o como mais um aspecto da cultura contemporânea estando nela inserido e confrontado a reflexão antropológica com o mesmo tipo de problema.





## América Latina, Globalização e Cultura

### *Os indígenas e a sociedade da informação*

Os povos nativos têm vindo realizando um esforço cooperativo internacional desde que se intensificara a convergência tecnológica, representada pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

### *O cenário institucional global informacional e os povos indígenas*

A influência das tecnologias de comunicação e informação sobre diversos aspectos da vida provocaram também um impacto nos povos indígenas que como se indicou começaram a ter uma nova atitude em face de esta “nova” realidade.

Assim, desde que as Nações Unidas - NU, realizaram a primeira *Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação-CMSI*, em Genebra do 10 ao 12 de dezembro de 2003, procurando fazer um diagnóstico e uma série de recomendações para as nações do mundo no tema de acesso/uso das TICs, tentando diminuir a “brecha digital”, os povos nativos se deram conta que eles não foram considerados diretamente, assim no segundo encontro sua participação esteve mais presente.

O uso de algumas instâncias internacionais por parte destes povos já tem alguns antecedentes, como foi o *Convenio*

169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT; a *Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas* (2007), mas não tinha acontecido nada que apoiasse ou considerasse o aspecto informativo, um direito mais de tipo cultural. Expressar demandas e sua postura política de participação democrática e igualitária na sociedade de informação veio acontecer na 2da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (Tunísia, Nov. 2005) e uma manifestação própria que aconteceu na *Primeira Oficina Indígena de Tecnologias de Informação e Comunicação* auspiciada pela União Internacional das Telecomunicações – UIT e a Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México, entre o 28-30 de novembro de 2005.

Os indígenas por sua vez de uma forma mais autônoma têm realizado eventos próprios, dos quais se poderiam destacar dois documentos declaratórios:

O *Informe Final do II Encontro sobre Conectividade e Populações Indígenas em Ottawa* (DEL ALAMO, 2003), demandando uma presença nas discussões sobre novas tecnologias, com a finalidade de encontrar estratégias e propostas que permitam diminuir a “brecha digital”, fazendo uma série de propostas, sugestões e sua visão sobre as TICs, procurando ocupar um lugar transcendente no ciberespaço.







## América Latina, Globalização e Cultura

No mesmo sentido, os representantes indígenas dos Povos de *Abya Yala* (América) fizeram a *Declaração do Encontro Indígena Interamericano Preparatório para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação* em Brasília, 2003, defendendo seus direitos à comunicação e informação por ser práticas milenares e cotidianas próprias, e se manifestaram em contra dos enfoques unilaterais no uso da tecnologia. Recomendando à NU que promovessem uma reflexão sobre a necessidade de democratizar os instrumentos tecnológicos, indicando que só incluindo aos povos indígenas se pode fazer uma autêntica Sociedade da Informação e Comunicação (SIC).

Como se indicou foi na segunda Cúpula da Tunísia aonde os povos indígenas foram “considerados”. O “*Programa de Ações de Tunísia para a Sociedade da Informação*” se constitui de 123 numerais que contem reconhecimentos, agradecimentos, exortos, otimismo, recomendações, incentivos, solicitações, parabéns e chamamentos à comunidade internacional.

Com relação aos indígenas, este Programa declarou o compromisso de:

Trabalhar ativamente para lograr o multilingüismo em Internet, como parte de um processo multilateral, transparente e democrático em que intervenham os governos e todas as partes interessadas, em seus respectivos papéis. Neste contexto, também apoiamos o desenvolvimento, a

tradução e adaptação do conteúdo local, os arquivos digitais e as diversas formas de meios digitais e tradicionais, e reconhecemos assim mesmo que estas atividades também podem fortalecer às comunidades locais e indígenas.

Para FORERO e DIAZ (2007, pp. 10-11) até agora estes eventos:

Apesar das propostas, sugestões e pressões de alguns grupos indígenas com representantes, não hão logrado incluir e fazer realidade a diversidade étnica, cultural e lingüística na chamada Sociedade da Informação, sendo o principal foco das suas declarações os idiomas, protocolos, software e todos os componentes da rede de dominância cultural norte-americana. O 90% do conteúdo da Internet se encontra em só doze idiomas de mais de 6.000 línguas existentes no mundo.

Seguem sendo mais os enunciados e as boas intenções, que compromissos concretos que conduzam a modificar o “divisor digital” dos povos indígenas, pois parte do engano está em pensar que é possível que eles como povos, acedam e se apropriem das TICs, sem que se modifique de maneira radical as condições de racismo, exclusão, violência estrutural, analfabetismo, miséria e violência cultural que sofrem em tempos da Sociedade da Informação. Por isso, podemos falar segundo estes dois autores, “de acesso e apropriação das TICs de indivíduos, setores e organizações *minoritárias* da população indígena” (2007, p. 11).





## América Latina, Globalização e Cultura

### **Primeira Oficina Indígena de Tecnologias de Informação e Comunicação**

Esta Oficina se tem considerado, pois aqui existiu uma iniciativa dos mesmos indígenas, apesar de estar no marco institucional da UIT. Participaram mais de 150 indígenas de 19 países da América Latina e o Caribe. Este evento que durou três dias em novembro de 2005 e procurou dar as bases para futuros eventos sobre as TICs.

Cinco Oficinas estiveram relacionadas com temas como: capacitação e desenvolvimento local de conteúdos; desenvolvimento de software, etc.

Segundo FORERO e DIAZ (2007, p. 13), um tema central das várias intervenções dos indígenas “consistiu em indicar a Sociedade da Informação como um fenômeno que leva profundas implicações econômicas, políticas, sociais, culturais e cosmogônicas no seu sistema de vida, que supera a dimensão tecnológica, o que leva a questionar a promoção e ênfases na ação tecnológica que faz a UIT”.

O que propõem eles é serem os únicos que decidam sobre como, quando e em que condições incorporar as TICs em seus povos.

O chamado feito aos governos e à UIT se enfoca principalmente nas

seguintes demandas: primeiro, a democratização das TICs; dois, a imperante necessidade de terminar com a ação indigenista, que para o caso consiste na elaboração por parte dos mestiços da política de TICs para grupos indígenas; três, que os indígenas devem ser os responsáveis de decidir os tempos de incorporação de novas tecnologias; quatro, usar as TICs na promoção e proteção dos Direitos Humanos, a liberdade de expressão, e o desenho de uma *política informacional* desde, por e para suas comunidades, com visões e culturas próprias. ( FORERO e DIAZ, 2007, p. 15)

Segundo alguns comunicadores indígenas, eles “necessitam criar sua *política de comunicação indígena*” que fortaleça o desenvolvimento dos povos originários, suas culturas, cosmovisões, línguas e suas identidades étnicas.

### **O movimento indígena transnacional e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS)**

O Movimento Indígena Internacional ou global se começou a gestar quando alguns líderes de diferentes etnias começaram a criar vínculos, principalmente em eventos de caráter internacional, a maioria deles organizados por instâncias como as Nações Unidas-NU, quem convocou o *Primeiro Decênio Internacional das Populações Indígenas do Mundo* no ano 1993, cujo objetivo prin-





## América Latina, Globalização e Cultura

principal era fortalecer a Cooperação Internacional para a solução dos problemas que afetam às populações em matérias de direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento, educação e saúde.

Outro fator chave que estimulou o surgimento deste movimento, por alguns autores denominado como *movimentos do século 21*, foi a intensificação no desenvolvimento das TICs (principalmente Internet) Segundo MONASTERIOS (2001, p.5) o movimento indígena não é alheio a estrutura de Rede, própria da chamada Sociedade da Informação, pois se observa nas suas relações uma marcada estrutura transnacional (entendendo o “o nacional” tanto do ponto de vista do Estado- os países e seus limite-como também desde o ponto de vista das nações indígenas-relações entre os povos indígenas). Desde esta estrutura organizativa destes povos, num começo principalmente na forma de *redes sociais*, mas logo fazendo uso da *redes eletrônicas* (como a Internet) que lhe permitiram uma melhor organização, articulação e difusão das suas demandas, reivindicações e propostas.

O papel das tecnologias de comunicação para a formação de *comunidades virtuais* que se converteriam logo em “*comunidades de discursos*” através dos mesmos indígenas implica um ‘quebre’ com as organizações oficiais locais e globais, como indicou Mario Bustos, diretor do departamento de Comunicações da CO-

NAIE, em uma entrevista:

Parece-nos fundamental desenvolver essa visão, porque ficarmos em produzir um vídeo pelo vídeo, ou um programa de rádio... em sim, não nos conduz a nada, pelo contrario tem que estar articulado em função dos processos políticos, culturais, sociais que estamos criando desde os povos indígenas.

Papel-chave o tem aqui então as chamadas *organizações indígenas*, estruturas organizativas principais componentes do movimento indígena articulado em rede.

O uso político-cultural-comunicacional da Internet por alguns povos indígenas é o que contribuiu ao surgimento de uma *política cibercultural* (RIBEIRO, 2000, p.475) que segundo este autor pode ser dividido em dois reinos diferentes mais inter-relacionados. O primeiro define-se pela atividade política internamente à própria Internet; o segundo pela relação entre redes de computadores e o ativismo político no mundo real. Neste último caso o movimento indígena transnacional, destaca-se ao fazer uso da Internet como um instrumento para a criação e difusão de suas informações, a promoção, a reivindicação e suas demandas sociais, político e cultural, etc.

O ativismo político à distancia da *comunidade transnacional imaginada-virtual* (RIBEIRO,2000), neste caso do movimento indígena transnacional, é algo em curso.







## América Latina, Globalização e Cultura

Apesar das restrições, o *testemunho* e o *ativismo político à distância* são fatores que refletem certa liberdade e garantia de expressão para grupos marginalizados. Um exemplo latino-americano neste caso é o uso que o *Exercito Zapatista de Libertação Nacional*, EZLN (Chiapas, México) fez da Internet, um exemplo de como a *ciberpolítica* pode intervir na política real. Foram capazes, por exemplo, de parar um provável ataque do exército mexicano, alertando à comunidade transnacional virtual que respondeu inundando o endereço eletrônico do governo mexicano com protestos. Este resultado só pode acontecer porque existiu o *testemunho à distancia*, isto é, o poder virtual da opinião pública mundial, da comunidade transnacional. (RIBEIRO, 2000, p. 491)

Assim o “diálogo” entre a sociedade civil e alguns povos indígenas que têm usado as TICs como instrumentos para uma *ciberpolítica* é algo que os fatos não demonstrado, como no caso do EZLN, quem teve sucesso no uso dessa estratégia, por contar com o apoio de setores não indígenas.

O subcomandante Marcos um personagem não indígena, misterioso, que ocupa um cargo não principal, mas que por sua capacidade criativa, poética literária, soube ganharse a simpatia e apoio de etnias da região de Chiapas, faz surgir a interrogante da identificação e participação entre a sociedade civil e este

movimento étnico.

Caracterizando o *ciberativismo zapatista*, BELAUSTEGUIGOITIA (2003, p.22) indica que este reconhece e explora em forma estratégica, a semiótica e ambigüidades que produzem três dispositivos de comunicação distintos: *as máscaras, as pós-datas e a Internet*. Cada um destes elementos tendo um significado, as *máscaras* seriam um dispositivo que “interpreta” o prejuízo baseado no pensamento racista que assimila a todos os indígenas, fazendo-os suspeitos, infantis e inferiores. Sendo similar à economia da “máscara” na Internet – como um sítio de circulação de voz sem corpo. (BELAUSTEGUIGOITIA, 2003, p. 22)

As *pós-datas*, colocadas debaixo de muitos dos comunicados distribuídos ao público, seriam pensamentos residuais, colocadas ao final da página, fazendo referencia ao que não se pode dizer, no texto principal, ou mesmo à nação. Ambos os recursos (*mascaras* e *pós-datas*) se entrelaçariam no ciberespaço, um ambiente virtual descarnado, mas uma via de comunicação para difusão das suas demandas, reivindicações e propostas.

### **Território Digital Indígena, um objetivo estratégico dos povos indígenas**

O território autônomo indígena ou ciberespaço indígena, se tem ido formando paulatinamente, principalmente





## América Latina, Globalização e Cultura

através da criação de página web por ativistas e pelos mesmos indígenas (o que ainda é mais escasso), o qual reflete uma variedade de assuntos relacionados com as culturas indígenas.

Até agora muitos dos espaços que aparecem na *www* são cedidos por usuários particulares (normalmente europeus e norte-americanos) que se tem encarregado de difundir temáticas indígenas desde seus próprios países ou através de grupos de solidariedade. Estas pessoas fornecem conhecimentos e equipes na hora de desenhar as páginas dos povos e organizações indígenas, muitas vezes cobrindo o custo que representa manter as páginas web. Outros apoios partem de iniciativas empreendidas por organizações não governamentais (ONGs) que levam a cabo projetos de desenvolvimento para a América. Mas apesar das boas intenções que há detrás destas iniciativas, para DEL ALAMO (200, [p.3]) se acaba gerando uma dependência tecnológica e de conhecimentos, contribuindo além da já “brecha digital indígena” causada pela escassez de recurso materiais tecnológicas, a possibilidade de uma auto-representação.

A incorporação das TICs, como ferramentas no apoio ao trabalho diário, político-organizativo, permitiu uma ampliação dos horizontes, além do seu contexto local étnico.

Para FORERO e DIAZ (2007, p.18) aceder ao *território indígena* permitiu superar em parte as condições de pobreza material e informativa, já que a diferença de outros meios informativos, a Internet exige dos usuários investimentos em conhecimentos básicos, equipes e infra-estrutura.

Além da dimensão material, o aspecto identitário, com suas expressões culturais e de projeção política, são o eixo da atividade cibernética indígena. Estas expressões identitárias implícitas nas suas primeiras manifestações ciber-culturais, que por agora constituem o forte da maioria dos povos indígenas que conseguiram ter acesso a recursos tecnológicos, tem ido mudando de a pouco, com aquelas etnias, que começaram a fazer uso do *ciberspaço um espaço etno-político* ou via de expressão de outra opção política, em confluência ou não com a política “tradicional” representativa, para uma mais participativa. (por exemplo: o caso do Equador, aonde alguns líderes indígenas já ocuparam postos-chaves no governo nestes últimos anos).

Estes autores dizem que pretender um *território digital*, significa ter presente pelo menos três aspectos inter-relacionados presentes na luta destes povos: inclusão na sociedade da informação; autonomia que transcenda a rede; e a democracia interétnica, a partir de uma cosmovisão que tem como matriz o terri-





## América Latina, Globalização e Cultura

tório, a comunidade e a cultura com seus diversos significados, símbolos, entrelaçados agora no mundo do espaço virtual com suas representações digitais da identidade. (FORERO e DIAZ, 2007, p.18)

Até que ponto a tecnologia poderia contribuir para o logro das suas reivindicações políticas, sociais, culturais e étnicas que lhes permita resolver seus conflitos interétnicos, com o Estado e o setor privado, é algo que está sendo demonstrado dia a dia, no acesso/uso que algumas etnias estão fazendo das TICs.

A prática comunicacional através da Internet há potencializado diversos aspectos das culturas indígenas, sua organização, sua etnicidade, identidade, suas lutas por problemas que vivem historicamente (injustiças, discriminação, racismo, pobreza, etc.)

Por outro lado, o movimento indígena tem ampliado seu campo de ação em nível local, mas também regional e global.

As diversas práticas intergalácticas (políticas, culturais, informativas, etc.) desenvolvidas pelos indígenas, para FORERO e DIAZ (2007, p.22) significam ter em conta suas próprias especificidades culturais, relações interculturais contextuais no mundo global da informação, através de suas expressões manifestas do uso de tais produtos e sua própria apro-

priação cultural, que eles denominam “*etnoinformativas*”, tornando-se relevante pela possibilidade de contribuir ao conhecimento do processo de inserção e apropriação do uso das TICs em condições de autogestão.

Finalmente FORERO e DIAZ (2007, p.23) indicam que são três os caminhos pelos quais setores dos povos indígenas poderiam aceder a ter seu próprio *território digital*: de maneira independente e autogestionária; através das colaborações governamentais e os organismos internacionais; e de maneira mista, com contribuições próprias dos indígenas e ajudas de organismos internacionais e de organizações governamentais. Nestes três caminhos também estarão presentes, por um lado, os indígenas que trabalham por e para a comunidade, fortalecendo de passo o espírito comunitário e coletivo próprio das comunidades e por outro os ativistas pró-indígenas.

### Conclusões

Este estudo revelou que as TICs afetaram à sociedade em geral, e em particular às minorias étnicas- culturais. No caso da sociedade “não hegemônica” pela imposição e assimilação de padrões culturais não próprios, como é caso das nações latino-americanas e países do mundo não Ocidental (Ex. o Mundo Árabe), que passaram a receber informações que modificaram seus costumes





## América Latina, Globalização e Cultura

e valores.

Os usos até agora feito pelos indígenas levaram a fortes manifestações de mudança cultural, intercâmbio simbólico, redes virtuais próprias, novas formas de representar a sua realidade, comunicação em tempo real, etc.

Dentre as *vantagens (oportunidades)* se poderiam dizer: estas novas tecnologias teriam o potencial de ajudar na democratização no uso de outros recursos, por exemplo, os informativos, a possibilidade de desenvolvimento local, regional e global.

As TICs poderiam oferecer também a *oportunidade* para a: defesa, fortalecimento e difusão dos processos políticos, educativos, de resgate cultural e dos idiomas indígenas; um meio de informação e vigilância sobre prefeituras e outras instituições estaduais que têm relação com os povos indígenas; para apresentar seus objetivos, demandas e lutas em nível mundial e o conhecimento mútuo entre os povos.

*Perigos:* o uso “consumista” das TICs; a globalização econômica tecnológica que poderia levar a uma imposição de conteúdos e instrumentos externos ou alheios à própria cultura indígena e a globalização cultural hegemônica que tentaria uniformizar todas as identidades. *Barreiras ou obstáculos:* no caso dos

povos indígenas latino-americanos podemos encontrar diversas barreiras, as mais destacadas seriam a falta de experiência ou destreza para o uso dos computadores (pessoas da terceira idade e gente baixo nível educação) e falta de infraestrutura.

Elevados custos para aquisição de novas equipes, a falta de capacitação e a carência de recursos econômicos para o funcionamento, equipamento e manutenção das novas tecnologias. *Desafios:* uso apropriado das novas tecnologias de acordo a interesses e necessidades de cada povo e/ou comunidade; controles comunitários; aquisição própria de recursos para TICs; capacitação em TICs para a produção de conteúdos próprios; administração dos recursos tecnológicos comunitários e seu uso equitativo e coletivo; criação de software em idiomas indígenas, dentre outros.

Assim as demandas indígenas refletidas nos seus próprios encontros, como através da via institucional global (CMSI) poderiam englobar-se assim:

1. Democratização das TICs (acesso, uso, administração, controle próprios)
2. Não à ação indigenista nas TICs.
3. Decisão autônoma indígena para a incorporação às TICs.;
4. Priorizar em direitos humanos, liberdade de expressão, direitos dos povos indígenas.





## América Latina, Globalização e Cultura

Pesquisa sobre o uso e apropriação das TICs para o apoio no desenvolvimento dos povos indígenas; infraestrutura básica nos centros indígenas rurais; diminuir o analfabetismo, respeitando a difusão e normalização da escrita dos idiomas dialetos; facilitar o acesso às TICs de novos usuários indígenas tanto em áreas rurais como urbanas; telecentros abertos e de acesso compartilhado e incorporar o uso das TICs nos programas educativos indígenas.



### Referências bibliográficas

- BELAUSTEGUIGOITIA, Marisa. *La rebelión zapatista y el uso de tecnologías: las mujeres indígenas on line?* in: *Asuntos Indígenas*, n.2, 2003, pp. 20-27.
- DEL ÁLAMO, Óscar. *Informe Final del II Encuentro sobre Conectividad y Poblaciones Indígenas en Ottawa. Pueblos Indígenas de las América in: Redes para el desarrollo*, 2003, p. 43.
- DEL ÁLAMO, Óscar. *Indígenas en la red in: Desarrollo Humano e Institucional en América Latina*, n.14, 200?
- FORERO S., Eduardo A.; DIAZ M., Laura. *Indígenas y democracia en las tecnologías de información y comunicación (TICs)*, 2007, p. 27.
- MONASTERIOS, Gloria. *Aproximacio-*

*nes al movimiento indígena en Internet in: XXIII Congreso Internacional de la Latin American Studies Association (LASA 2001)*, Mesa CUL-09. Washington, 6 – 8 de septiembre de 2001.

RIBEIRO, Gustavo L. *Política ciber-cultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual (Capítulo 12)* in: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, E. ; ESCOBAR, Arturo. (Orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

SILVA, Lídia J. Oliveira. *A Internet – a geração de um novo espaço antropológico*, 1999. Disponível em: [http://bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=silva-lidia-oliveira-Internet-espaco-antropologico.html](http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=silva-lidia-oliveira-Internet-espaco-antropologico.html). Acesso em: 5/9/2008.

SILVA, Adelina Maria P. *Ciberantropologia – O estudo das comunidades virtuais*, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-adelina-ciberantropologia.pdf>. Acesso em: 5/9/2008.

